

**DESPACHO N.º 65/2020**

**Assunto:** Programa LEIRIA VALE

**Considerando que:**

- I. A emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como a classificação, no dia 11 de março de 2020, da doença COVID-19 como uma pandemia;
- II. No dia 18 de março de 2020, foi decretado o estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, tendo o Governo aprovado o Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, tendo o mesmo sido objeto de renovação;
- III. Nos termos do disposto no n.º 1 e na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições, entre outros, no domínio da ação social;
- iv. Compete às câmaras municipais prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade;
- v. A atual situação com que nos deparamos, por força da pandemia decorrente da doença COVID 19, motiva a adoção de medidas para fazer face aos casos de carência por parte dos agregados familiares que se encontram perante uma situação de fragilidade social;
- vi. Importa desencadear e implementar um Programa que possibilite a aquisição de bens de primeira necessidade, mediante a emissão de um sistema de vales para compras em estabelecimentos comerciais, destinados aos agregados familiares ou pessoas isoladas referidos no considerando anterior e que não se encontrem abrangidos por qualquer outro programa municipal que lhes permita a atribuição de apoios por parte desta Autarquia;
- vii. Se torna necessário iniciar tal programa, atendendo a que se verifica um aumento progressivo do número de situações que se enquadram nos termos anteriormente referidos, prevê-se que o mesmo ocorra já no próximo dia 28.04.2020.

Assim, com o intuito de prestar apoio a pessoas mais vulneráveis, de modo a atenuar a pobreza e a exclusão social dos municípios, face às atuais circunstâncias, revelando-se, então, urgente a tomada de decisão e não sendo possível ao executivo municipal, tempestivamente, reunir extraordinariamente sobre o mesmo, nos termos do disposto no n.º 1 e na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, bem como na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **determino** a criação do programa "LEIRIA VALE", tendo em vista a atribuição de apoios aos agregados familiares carenciados residentes na área territorial do concelho de Leiria.

**Mais determino**, para a concretização do mencionado programa, os termos e condições a seguir apresentados, de modo a garantir o princípio da Igualdade e da proporcionalidade pelo qual se deve orientar a Administração Pública.

**"Programa LEIRIA VALE"**

**1 - Condições de acesso**

O programa de apoio alimentar LEIRIA VALE, destina-se a agregados familiares ou pessoas isoladas, que decorrente da actual pandemia COVID-19, comprovadamente tenham tido perda de rendimentos e por consequência não estejam a ser salvaguardadas as suas necessidades básicas, nomeadamente as alimentares.

**2 - Objetivos**

Aquisição exclusiva de bens de primeira necessidade considerados essenciais, de acordo com o Anexo I, mediante a emissão de um sistema de vales para compras em estabelecimentos comerciais, previamente selecionados, através de um formulário de empresa aderente do programa - Anexo II e que estejam a funcionar no concelho de Leiria.



### **3 - Beneficiários**

Podem candidatar-se a este programa, os agregados familiares ou pessoas isoladas, residentes no concelho de Leiria, com idade igual ou superior a 18 anos, que possuam rendimentos per capita entre os 35% e os 60% do valor do Salário Mínimo Nacional.

### **4 - Análise da candidatura**

A verificação da elegibilidade da candidatura compete à Divisão de Desenvolvimento Social, que analisa e elabora informação técnica sobre a candidatura, nomeadamente sobre as condições do agregado familiar e propõe o apoio a conceder, submetendo à apreciação da Vereadora do Desenvolvimento Social, com competências atribuídas em matéria de Desenvolvimento Social, que decide sobre a candidatura e a respetiva concessão de apoio.

### **5 - Candidatura**

1. Os requerentes formalizam a candidatura em formulário próprio - Anexo III, para o email: [accso.social@cm-leiria.pt](mailto:accso.social@cm-leiria.pt), ou através do telefone 244/839 652, para a qual deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Dados pessoais e composição do agregado familiar;
  - b) Comprovativo da morada;
  - c) Comprovativo dos rendimentos dos três meses antecedentes à candidatura: trabalho, prestações sociais e pensões de reforma;
  - d) Comprovativo da situação de desemprego, se aplicável.
2. Os requerentes devem ainda informar o motivo da insuficiência económica, motivada pela atual conjuntura.
3. Os requerentes devem assumir sob compromisso de honra, a veracidade das declarações prestadas, no âmbito da presente candidatura, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

### **6 - Natureza do apoio**

O Programa LEIRIA VALE será atribuído mensalmente, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Pessoa adulta e jovens com idade igual ou superior a 12 anos – 60€
- b) Criança ou jovem com superior a 02 anos e inferior a 12 anos – 30€
- c) Criança com idade igual ou inferior a 2 anos de idade – 60€

### **7 - Validade do apoio**

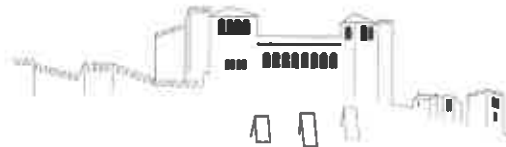
O programa vigorará durante a vigência do diploma que o habilita, podendo ser prorrogado pelo período de tempo que vier a ser fixado pelo diploma que vier a suceder a esta lei.

### **8 - Obrigações do beneficiário**

- 1. Gerir o apoio atribuído através do LEIRIA VALE por forma a garantir o cumprimento das necessidades básicas do agregado familiar, nomeadamente as de carácter alimentar.
- 2. Proceder à entrega nos serviços da Divisão de Desenvolvimento Social dos documentos de despesa no mês subsequente.
- 3. Aplicar o LEIRIA VALE apenas para os fins a que se destina.

### **9 - Fiscalização e Sanções**

- 1. Por forma a garantir-se a efetiva aplicação de apoios concedidos, a Divisão de Desenvolvimento Social pode proceder ao acompanhamento de cada processo deferido. Este serviço a qualquer momento e sem comunicação prévia, poderá proceder às ações de monitorização do apoio concedido.
- 2. Em caso de incumprimento das obrigações assumidas com a utilização do LEIRIA VALE, pode mediante despacho ser decidida a cessação do apoio municipal e também a devolução ao Município dos valores já recebidos.



## Município de Leiria Câmara Municipal

### Gabinete de Apoio à Presidência

3. No caso de não utilização dos apoios concedidos pela autarquia, poderá ser solicitada a devolução do LEIRIA VALE.

4. A prestação de falsas declarações por parte do requerente, implica sempre a suspensão da decisão final, caso ainda não tenha sido atribuído o apoio e em caso de atribuição o impedimento de acesso a candidaturas futuras, e a consequente devolução do apoios concedidos, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal decorrente da prática de tais atos.

#### 10 - Dúvidas e omissões

2. As condições não previstas no presente despacho serão resolvidas pelo Presidente da Câmara, mediante informação dos serviços, segundo a legislação em vigor aplicável, e na falta de norma aplicar-se-á a norma aplicável aos casos análogos.

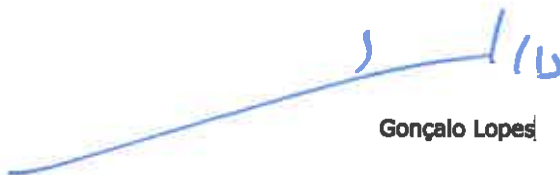
#### 11 - Entrada em Vigor

O Programa LEIRIA VALE entra em vigor na presente data.”

O presente despacho deve ser sujeito a ratificação pela Câmara Municipal de Leiria, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

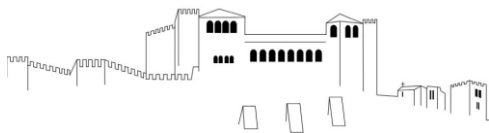
Leiria, 27 de abril de 2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Leiria



Gonçalo Lopes





FICHA DE ADESÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

**LEIRIA VALE**

O LEIRIA VALE pretende apoiar financeiramente famílias que se encontram em situação de carência económica, disponibilizando títulos que permitem a aquisição de bens de primeira necessidade na rede de estabelecimentos comerciais aderentes.

O apoio atribuído terá um valor total em €, que será contabilizado na mesma proporção em *Leiria Coins* (1€ = 1 LC).

Os bens de primeira necessidade estão pré-definidos e encontram-se listados no verso deste documento.

Para fazer parte deste projeto e ser uma empresa da rede Leiria Vale, preencha o seguinte formulário com as informações referentes ao seu estabelecimento e envie para o email: [sneto@cm-leiria.pt](mailto:sneto@cm-leiria.pt)

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

Nome do/a proprietário/a: \_\_\_\_\_

NIF: \_\_\_\_\_

CAE / Área de atividade: \_\_\_\_\_

Tlf./Tlm.: \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Código postal: \_\_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_

Freguesia: \_\_\_\_\_

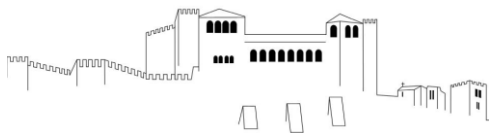
IBAN: \_\_\_\_\_

(Anexar comprovativo dos dados bancários com identificação do titular da conta)

Declaro que tenho interesse em aderir ao programa LEIRIA VALE.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2020

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)



### CONDIÇÕES DE REEMBOLSO DO “LEIRIA VALE”

1. O comerciante deve emitir as faturas das compras dos beneficiários em nome do Município de Leiria, com o NIF 505 181 266 e indicação do compromisso n.º 1638/2020. Em anexo às faturas devem estar os vales correspondentes;
2. O valor de cada fatura deve de ser igual ao somatório dos vales apresentados;
3. Só serão reembolsadas as faturas relativas a bens de primeira necessidade, conforme lista que consta neste formulário;
4. A entrega da documentação (faturas e vales) deve ser efetuada na Divisão de Desporto do Município de Leiria, a cada segunda-feira, a funcionar no Pavilhão Municipal dos Pousos;
5. O pagamento das faturas será efetuado por transferência bancaria, no prazo de uma semana, após a validação da documentação, pelos serviços competentes.
6. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos devem contactar a pessoa responsável, Sr.ª Sílvia Neto, através do email [sneto@cm-leiria.pt](mailto:sneto@cm-leiria.pt) ou telf: 244.839 639

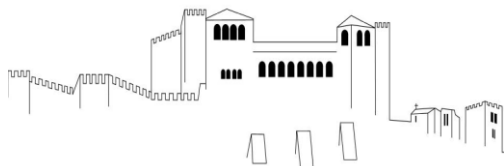
### LISTA DE BENS DE PRIMEIRA NECESSIDADE

#### Bens alimentares

- Frutas e hortofrutícolas (frescos ou congelados);
- Leguminosas (secas ou enlatadas);
- Arroz, massa e farinha;
- Pão e cereais;
- Carne e peixe (inclui opções enlatadas e ultracongeladas);
- Lacticínios (iogurtes, leite, ovos, queijos e manteigas);
- Azeite, óleo, vinagre e sal;
- Café, chá e achocolatados;
- Açúcar, mel e compotas;
- Bolachas maria, manteiga e tradicionais;
- Alimentação infantil (leites infantis, papas infantis, frutas e bolachinhas).

#### Bens de conforto e higiene

- Produtos de higiene (champôs, gel banho, sabonete, desodorizante, pasta dentífrica, papel higiénico, pensos higiénicos, fraldas bebé, toalhitas, produtos de banho para bebé, fraldas incontinência);
- Produtos de limpeza (guardanapos, rolos de cozinha, sacos do lixo, detergente roupa, detergente loiça, detergente lava tudo, detergente wc, limpa vidros, lixívia).



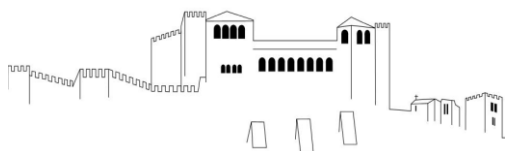
### LISTA DE BENS DE PRIMEIRA NECESSIDADE

#### Bens alimentares

- Frutas e hortofrutícolas (frescos ou congelados);
- Leguminosas (secas ou enlatadas);
- Arroz, massa e farinha;
- Pão e cereais;
- Carne e peixe (inclui opções enlatadas e ultracongeladas);
- Lacticínios (iogurtes, leite, ovos, queijos e manteigas);
- Azeite, óleo, vinagre e sal;
- Café, chá e achocolatados;
- Açúcar, mel e compotas;
- Bolachas maria, manteiga e tradicionais;
- Alimentação infantil (leites infantis, papas infantis, frutas e bolachinhas).

#### Bens de conforto e higiene

- Produtos de higiene (champôs, gel banho, sabonete, desodorizante, pasta dentífrica, papel higiénico, pensos higiénicos, fraldas bebé, toalhas, produtos de banho para bebé, fraldas incontinência);
- Produtos de limpeza (guardanapos, rolos de cozinha, sacos do lixo, detergente roupa, detergente loiça, detergente lava tudo, detergente wc, limpa vidros, lixívia).



Município de Leiria  
Câmara Municipal

Anexo I

Ex. <sup>mo</sup> Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Leiria  
Largo da Republica  
2414 – 006 Leiria

**ASSUNTO: Candidatura ao Programa LEIRIA ALIMENTA**

\_\_\_\_\_(Nome), com o Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º \_\_\_\_\_, Número de Identificação Fiscal \_\_\_\_\_, residente em (Rua, Av., etc.) \_\_\_\_\_, n.º/Andar \_\_\_\_\_ na localidade de \_\_\_\_\_, Código Postal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Freguesia de \_\_\_\_\_ Concelho de \_\_\_\_\_, Telefone/Telemóvel n.º \_\_\_\_\_, email \_\_\_\_\_, vem solicitar a V.ª Exa. apoio no âmbito do Programa "LEIRIA ALIMENTA" para o agregado familiar composto pelos seguintes elementos:

	Nome	Data de Nascimento	Parentesco com o/a requerente	Número de Identificação Fiscal	Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão	Situação perante o trabalho	Rendimento Mensal
1	Requerente		Próprio/a	_____	_____		
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							

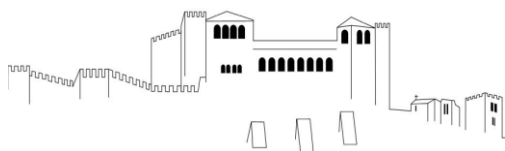
Indico os motivos pelos quais que o agregado familiar se encontra na seguinte situação de insuficiência económica, gerada pela situação de pandemia - COVID 19:

- ☐ – perda/diminuição de rendimentos por situação de desemprego;
- ☐ – perda/diminuição de rendimentos por inatividade profissional como trabalhador independente;
- ☐ – perda/diminuição de rendimentos por situação lay-off;
- ☐ – perda/diminuição de rendimentos por situação de doença;

De acordo com os critérios para o apoio previsto no programa LEIRIA ALIMENTA, declaro apresentar em anexo à presente candidatura os seguintes elementos instrutórios:

- ☐ Documento de identificação de todas as pessoas do agregado familiar;
- ☐ Fotocópia dos rendimentos do mês antecedente, se aplicável;





Município de Leiria  
Câmara Municipal

Anexo I

☐ Comprovativo da situação de desemprego, se aplicável;

O/A requerente assume sob compromisso de honra, da veracidade de todas as declarações prestadas no âmbito da presente candidatura e que a mesma se destina ao mesmo fim, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

Declara também que autoriza os serviços da Divisão de Desenvolvimento Social a recolher e prestar informação complementar junto dos restantes elementos do agregado familiar, das instituições que prestam apoio à família, dos serviços do Instituto da Segurança Social, IP, para efeitos exclusivos da presente candidatura e com caráter de sigilo.

Leiria, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

O/A Requerente:

\_\_\_\_\_

Nota: A candidatura deverá ser enviada para o email: [accso.social@cm-leiria.pt](mailto:accso.social@cm-leiria.pt), em caso de dúvida contactar o telefone 244 839 652.

Declaração

\_\_\_\_\_ (Presidente da Junta de Freguesia/União das Freguesias ou Diretor do Estabelecimento de Ensino) declara para os devidos efeitos que o agregado familiar \_\_\_\_\_ (nome) se encontra na situação de insuficiência económica anteriormente assinalada.

O/A Presidente da Junta de Freguesia/União das Freguesias  
ou  
O/A Diretor/a do Estabelecimento de Ensino

\_\_\_\_\_

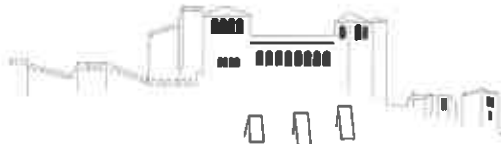
Recibo de entrega de candidatura Programa "LEIRIA ALIMENTA"

Data de Receção: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Nome do/a candidato/a: \_\_\_\_\_

Nome do/a trabalhador/a que recebeu a candidatura e carimbo da Entidade recetora:

\_\_\_\_\_



**DESPACHO N.º 66/2020**

**Assunto:** Programa LEIRIA ALIMENTA

**Considerando que:**

- I. A emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como a classificação, no dia 11 de março de 2020, da doença COVID-19 como uma pandemia;
- II. No dia 18 de março de 2020, foi decretado o estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, tendo o Governo aprovado o Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, tendo o mesmo sido objeto de renovação;
- III. Nos termos do disposto no n.º 1 e na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições, entre outros, no domínio da ação social;
- iv. Compete às câmaras municipais prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade;
- v. A atual situação com que nos deparamos, por força da pandemia decorrente da doença COVID 19, motiva a adoção de medidas para fazer face aos casos de carência por parte dos agregados familiares que se encontram perante uma situação de fragilidade social;
- vi. Importa desencadear e implementar um Programa que possibilite a atribuição de um cabaz de produtos destinados aos agregados familiares referidos no considerando anterior e que não se encontrem abrangidos por qualquer outro programa municipal que lhes permita a atribuição de apoios por parte desta Autarquia;
- vii. Se torna necessário iniciar tal programa, atendendo a que se verifica um aumento progressivo do número de situações que se enquadram nos termos anteriormente referidos, prevê-se que o mesmo ocorra já no próximo dia 28.04.2020.

Assim, com o intuito de prestar apoio a pessoas mais vulneráveis, de modo a atenuar a pobreza e a exclusão social dos munícipes, face às atuais circunstâncias, revelando-se, então, urgente a tomada de decisão e não sendo possível ao executivo municipal, tempestivamente, reunir extraordinariamente sobre o mesmo, nos termos do disposto no n.º 1 e na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, bem como na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **determino** a criação do programa "LEIRIA ALIMENTA", tendo em vista a atribuição de apoios aos agregados familiares carenciados residentes na área territorial do concelho de Leiria.

**Mais determino**, para a concretização do mencionado programa, os termos e condições a seguir apresentados, de modo a garantir o princípio da igualdade e da proporcionalidade pelo qual se deve orientar a Administração Pública.

**"Programa LEIRIA ALIMENTA"**

**1 – Objeto**

O presente programa visa definir as condições para o acesso a cabazes de produtos, por parte de agregados familiares ou pessoas isoladas que, por força da pandemia decorrente da doença COVID 19, se encontram em situação de carência ou vulnerabilidade, mas que não beneficiem de apoio(s) num outro programa municipal.

**2 – Condições de acesso**

Os agregados familiares ou pessoas isoladas poderão aceder ao apoio em causa, desde que, comprovadamente, demonstrem a perda ou inexistência de rendimentos e, em consequência, não se encontrem a ser salvaguardadas as suas necessidades básicas, nomeadamente as alimentares.



### 3 – Objetivos

1. O programa em apreço possibilita a atribuição de cabazes de produtos considerados essenciais para as necessidades básicas dos agregados familiares e pessoas isoladas.
2. Em função da composição do agregado familiar, poderão a este ser atribuídos mais do que um cabaz, no período definido no Ponto seguinte.

### 4 – Natureza do apoio

O apoio em apreço, atribuído sob a forma de cabaz, será disponibilizado semanalmente ao beneficiário, de acordo com as seguintes características e capitação:

- a) Cabaz adulto – destinado a pessoas com idade igual ou superior a 12 anos - € 16,00 (dezasseis euros);
- b) Cabaz criança – destinado a crianças com idade igual ou superior a 02 anos e inferior a 12 anos –€ 7,00 (sete euros);
- c) Cabaz bebé – destinado a crianças com idade inferior a 02 anos – € 30,00 (trinta euros).
- d) Cabaz de bens não alimentares – destinado a todo o agregado familiar - € 8 (oito euros).

### 5 – Beneficiários

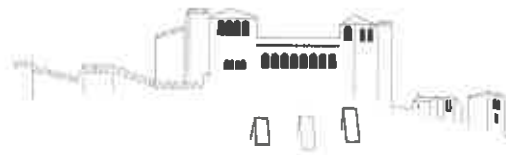
Podem beneficiar do programa, os agregados familiares ou pessoas isoladas, residentes no concelho de Leiria, com idade igual ou superior a 18 anos, cujo rendimento mensal per capita seja inferior a 60% do valor do Salário Mínimo Nacional estabelecido para o corrente ano.

### 6 - Candidatura

1. Os requerentes formalizam a candidatura em formulário próprio, constante o anexo I, para o email: [acao.social@cm-leiria.pt](mailto:acao.social@cm-leiria.pt), devendo apresentar:
  - a) Documentos de identificação pessoal dos elementos do agregado familiar;
  - b) Comprovativo dos rendimentos dos três meses antecedentes à candidatura: trabalho, prestações sociais e pensões de reforma, se aplicável;
  - c) Comprovativo da situação de desemprego, se aplicável;
  - d) Declaração da Junta de Freguesia/União das Freguesias a atestar e a comprovar a residência do agregado familiar e a situação de carência ou vulnerabilidade;
  - e) A declaração anterior pode ser substituída por declaração do Diretor do Estabelecimento de Ensino, quando os elementos do agregado familiar se encontrem a frequentar a Escola, devendo dar conhecimento à respectiva Junta de Freguesia/União das Freguesias.
2. Os requerentes devem, ainda, informar o fundamento da insuficiência económica motivada pela atual conjuntura.
3. Os requerentes devem assumir, sob compromisso de honra, a veracidade das declarações prestadas, no âmbito da presente candidatura, sob pena de responsabilidade civil e criminal.
4. A candidatura deverá ser formalizada e decidida durante a vigência do presente programa.

### 7 – Análise da candidatura

1. A verificação da elegibilidade da candidatura compete à Divisão de Desenvolvimento Social, que analisa e elabora informação técnica sobre a candidatura, nomeadamente sobre as condições do agregado familiar e propõe a atribuição do apoio.



2. Caso a candidatura não se encontre devidamente preenchido e instruída ou não contenha qualquer dos elementos instrutórios, deve o candidato ser notificado para, no prazo máximo de 10 dias, suprir as deficiências detetadas ou juntar os respetivos documentos.
3. O não cumprimento do disposto no número anterior, no prazo aí estabelecido, determina a rejeição liminar da candidatura, cujo despacho deve ser proferido pelo Presidente da Câmara Municipal de Leiria.

### **8 – Indeferimento da candidatura**

Constitui causas de indeferimento da candidatura:

- a) O não cumprimento dos termos e condições previstas no presente programa;
- b) A prestação de falsas declarações, sem prejuízo da respetiva responsabilidade civil e disciplinar decorrente de tal ato.

### **9 – Decisão da candidatura**

Compete ao Presidente da Câmara Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe foi delegada pelo n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, ou do diploma que o vier eventualmente a suceder, decidir sobre a atribuição do apoio a que se refere o presente programa.

### **10 – Obrigações do beneficiário**

1. Utilizar e gerir o apoio atribuído através do presente programa para o exato fim a que se destinou, de modo a garantir o cumprimento das necessidades básicas do agregado familiar do beneficiário.
2. Prestar a colaboração e apresentar os documentos que vierem a ser solicitados pelos serviços municipais, no prazo fixado.

### **11 – Fiscalização e Sanções**

1. Por forma a garantir-se a efetiva aplicação de apoios concedidos, a Divisão de Desenvolvimento Social pode proceder ao acompanhamento de cada candidatura que vier a ser aprovada. Este serviço, a qualquer momento e sem comunicação prévia, poderá proceder às ações de monitorização do apoio concedido.
2. Em caso de incumprimento das obrigações assumidas com a utilização do apoio, por parte do beneficiário, pode, mediante despacho, ser determinada a cessação da sua atribuição, bem como a restituição dos valores correspondentes ao apoio por aquele recebido ao Município de Leiria.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a prestação de falsas declarações por parte do requerente e ou beneficiário determinam o impedimento de acesso a candidaturas futuras.

### **12 – Dúvidas e omissões**

Todas as dúvidas ou omissões que eventualmente surjam na interpretação ou aplicação do presente programa, são resolvidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Leiria, segundo a legislação em vigor aplicável ou, na sua falta, de acordo as normas aplicáveis aos casos análogos.

### **13 – Vigência**

1. O presente programa vigorará durante a vigência da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, ou seja, até 30 de junho de 2020.
2. Caso a vigência ou os objetivos estabelecidos no diploma legal anteriormente referido venham a ser prorrogados, os efeitos do presente programa serão igualmente prorrogados por igual período.

### **14 – Entrada em Vigor**

O Programa LEIRIA ALIMENTA entra em vigor no dia 28.04.2020.”



**Município de Leiria**  
**Câmara Municipal**

---

**Gabinete de Apoio à Presidência**

---

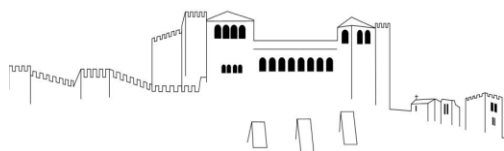
O presente despacho deve ser sujeito a ratificação pela Câmara Municipal de Leiria, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Leiria, 27 de abril de 2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Leiria



Gonçalo Lopes



## Município de Leiria Câmara Municipal

Anexo III

Ex. <sup>mo</sup> Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Leiria  
Largo da Republica  
2414 – 006 Leiria

### ASSUNTO: Candidatura ao Programa LEIRIA VALE

\_\_\_\_\_(Nome), com o Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º \_\_\_\_\_, Numero de Identificação Fiscal \_\_\_\_\_, residente em (Rua, Av., etc,) \_\_\_\_\_, n.º/Andar \_\_\_\_\_ na localidade de \_\_\_\_\_, Código Postal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ freguesia de \_\_\_\_\_ concelho de \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, vem apresentar a V.<sup>a</sup> Exa. a sua candidatura ao Programa "LEIRIA VALE".

Declara que o seu agregado familiar é composto pelos seguintes elementos:

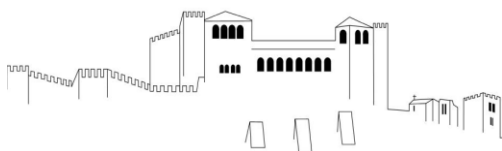
	Nome	Data de Nascimento	Parentesco com o/a requerente	Número de Identificação Fiscal	Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão	Situação perante o trabalho	Rendimento Mensal
1	Requerente		Próprio/a	_____	_____		
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							

Indico que o/s motivo/s da minha situação de insuficiência económica, gerada pela situação de pandemia - COVID 19 são:

- ☐ – perda/diminuição de rendimentos por situação de desemprego;
- ☐ – perda/diminuição de rendimentos por inatividade profissional como trabalhador independente;
- ☐ – perda/diminuição de rendimentos por situação lay-off;
- ☐ – perda/diminuição de rendimentos por situação de doença;

De acordo com os critérios para o apoio previsto no programa LEIRIA VALE, o/a requerente declara apresentar em anexo à presente candidatura os seguintes elementos instrutórios:

- ☐ Documento de identificação de todas as pessoas do agregado familiar;
- ☐ Comprovativo de morada;



## Município de Leiria Câmara Municipal

---

- ☐ Fotocópia dos rendimentos do mês antecedente;
- ☐ Comprovativo da situação de desemprego, se aplicável;

O/A requerente assume sob compromisso de honra, da veracidade de todas as declarações prestadas no âmbito da presente candidatura e que a mesma se destina ao mesmo fim, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

Declara também que autoriza os serviços da Divisão de Desenvolvimento Social a recolher e prestar informação complementar junto dos restantes elementos do agregado familiar, das instituições que prestam apoio à família, dos serviços do Instituto da Segurança Social, IP, para efeitos exclusivos da presente candidatura e com carácter de sigilo.

Leiria, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

O/A Requerente:

---

Recibo de entrega de candidatura Programa "LEIRIA VALE"

Data de Receção: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

Nome do/a candidato/a: \_\_\_\_\_

Nome do/a trabalhador/a que recebeu a candidatura e carimbo da Entidade recetora:

---